

Álvaro de VASCONCELOS

Álvaro de Vasconcelos é, desde Maio de 2007, director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, em Paris.

Democracia Européia em Ação

A Europa aberta à hora da multipolaridade:
Reflexões a propósito da experiência Portuguesa

A Europa aberta à hora da multipolaridade: Reflexões a propósito da experiência Portuguesa

Álvaro de VASCONCELOS

Our Europe Unser Europa
La nostra Europa A nossa Europe
Nuestra Europa ons Europa η Ευρώπη μας
Vårt Europa L-Ewropa taghna Noastrã Europa



Vores Europa A mi Európank Naše
Evropa Nasza Europa НАШАТА ЕВРОПА Meie Euroopa
Mūsu Europa Mūsu Eiroopa Waša Eurōpa
Naša Evrópa Meidan Eurooppamme
Notre Europe



A Europa aberta à hora da multi- polaridade : Reflexões a propó- sito da experiência Portuguesa

ÁLVARO DE VASCONCELOS



ÁLVARO DE VASCONCELOS

Director of the Institute since May 2007.

Born in Porto, Portugal, in 1944, he headed the Institute of Strategic and International Studies (IEEI), of which he is a co-founder, from 1981 to 2007. Over the past ten years, he has been much involved in the coordination of EuroMeSCo, the 50-member strong Euro-Mediterranean network of foreign and security policy research centres which constitutes a confidence-building measure and provider of expertise in the first chapter of the Barcelona Process. As well as being a regular columnist in the Portuguese and international press, he is author and co-editor of many books, articles and reports, notably in the areas of EU common foreign and security policy and on the theme of world order, such as Portugal: A European Story, La PESC: Ouvrir l'Europe au Monde, The European Union, Mercosul and the New World Order, and A European Strategy for the Mediterranean.

Notre Europe

Notre Europe is an independent think tank devoted to European integration. Under the guidance of Jacques Delors, who created Notre Europe in 1996, the association aims to “think a united Europe.”

Our ambition is to contribute to the current public debate by producing analyses and pertinent policy proposals that strive for a closer union of the peoples of Europe. We are equally devoted to promoting the active engagement of citizens and civil society in the process of community construction and the creation of a European public space.

In this vein, the staff of Notre Europe directs research projects; produces and disseminates analyses in the form of short notes, studies, and articles; and organises public debates and seminars. Its analyses and proposals are concentrated around four themes:

- *Visions of Europe: The community method, the enlargement and deepening of the EU and the European project as a whole are a work in constant progress. Notre Europe provides in-depth analysis and proposals that help find a path through the multitude of Europe’s possible futures.*

- *European Democracy in Action: Democracy is an everyday priority. Notre Europe believes that European integration is a matter for every citizen, actor of civil society and level of authority within the Union. Notre Europe therefore seeks to identify and promote ways of further democratising European governance.*
- *Cooperation, Competition, Solidarity: « Competition that stimulates, co-operation that strengthens, and solidarity that unites ». This, in essence, is the European contract as defined by Jacques Delors. True to this approach, Notre Europe explores and promotes innovative solutions in the fields of economic, social and sustainable development policy.*
- *Europe and World Governance: As an original model of governance in an increasingly open world, the European Union has a role to play on the international scene and in matters of world governance. Notre Europe seeks to help define this role.*

Successively presided over by Jacques Delors (1996-2004), Pascal Lamy (2004-05), and Tommaso Padoa-Schioppa (since November 2005), Notre Europe aims for complete freedom of thought and works in the spirit of the public good. It is for this reason that all of Notre Europe's work is available for free from our website, in both French and English: www.notre-europe.eu

Índice

Introdução	P 1
I – Tradição e europeização	P 5
Alargamentos: a democracia primeiro	P 9
II – “Multilateralizar” a multipolaridade	P 11
O rumo das presidências portuguesas: uma visão europeia da ordem internacional	P 17
O perigo da “multipolaridade europeia	P 22
III – O interno como externo	P 25
Anexo	P 33
Cronologia breve	P 33
Aproximação da Europa	P 37
Abrandamento da eurofilia?	P 38

Introdução

Quando comecei a escrever este artigo, dirigia ainda o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Concluo-o porém como director do instituto da União Europeia para a política externa e de segurança. No ano da anterior presidência portuguesa, elaborei para a Association Notre Europe, então dirigida por Jacques Delors, seu Presidente fundador, um artigo intitulado Portugal 2000: A Via Europeia. Este texto mantém, no essencial, a sua actualidade.¹ Nada de fundamental mudou na via europeia por que Portugal enveredou, simbolicamente, em 1986. Muito mais profundas foram as mudanças no mundo e o modo como a União, e Portugal dentro dela, procurou agir na regulação e na transformação do sistema regional e mundial, e adaptar-se simultaneamente às mudanças internas e externas. Por isso, em vez de me limitar a uma actualização necessariamente repetitiva, pareceu-me de maior interesse optar por desenvolver e acrescentar substancialmente um dos capítulos, e tratar em maior profundidade a visão que o Portugal europeu tem do Mundo ou melhor, da Europa a que pertence no Mundo.

Este texto pode pois ser lido como um novo capítulo da via europeia de Portugal. Parte da experiência portuguesa da integração europeia procurando perceber

1 Álvaro de Vasconcelos, "Portugal 2000: A Via Europeia". (Paris: Notre Europe, Estudos e Pesquisas 9, Janeiro de 2000.) Disponível em português, francês e inglês em <http://www.notre-europe.eu>.

melhor como a União Europeia, que entretanto, já neste século, se expandiu a doze novos países e está a ponto de formalizar finalmente o entendimento concluído em Bruxelas, no final da presidência alemã, sobre a reforma das instituições, pode corresponder melhor às suas responsabilidades mundiais. Em especial, como pode a União integrar o objectivo do multilateralismo eficaz na teia das suas relações bilaterais com os novos e os velhos actores globais? Quiseram os azares do calendário que se realizassem no semestre da presidência portuguesa as cimeiras com o Brasil, a China, a Índia e a Rússia, além de uma segunda cimeira com a União Africana, esta propositadamente marcada para Lisboa. Além de rematar a redacção do Tratado Reformador, que traz mudanças potencialmente importantes do ponto de vista da acção externa da União, a agenda desta presidência é fortemente marcada pela da sucessão de cimeiras, o que lhe dá uma feição verdadeiramente global. Esta coincidência deve ser plenamente aproveitada para propor uma nova visão da regulação internacional e envolver nela as potências ditas emergentes.

Portugal, que tem defendido uma perspectiva de Europa aberta, está em boas condições para assumir esse propósito. Quando se antevê já o fim das presidências nacionais, rotativas, na área da política externa, é importante não perder de vista o contributo particular que países com fortes relações históricas com o mundo extra-europeu trazem à acção internacional da União. Independentemente das vantagens ou desvantagens de dar um só nome e um só rosto ao conjunto da acção externa da União, é esta uma dimensão que não se pode deitar a perder e que deve ser plenamente integrada pelo próximo “ministro dos negócios estrangeiros” da União, seja qual for a designação que enfim for escolhida para este cargo. Não é por isso indiferente, bem pelo contrário, tentar compreender como podem as relações tradicionais, as perspectivas específicas que decorrem da história – colonial, em muitos casos – e das experiências humanas como a emigração/imigração servir de alavanca a uma política comum europeia. Melhor, como pode a União “europeizar”, integrando-as, as perspectivas eminentemente nacionais e transformá-las em trunfos da sua acção externa. Como pode a Europa ser Mundo, preservando os seus valores fundadores, fazendo do vasto património parcelar que o tempo teceu um património verdadeiramente europeu, sem disparatadas e quiméricas veleidades neocoloniais. Tanto mais que a consciência

europeia integrou em larga medida, como tão bem sublinharam Jürgen Habermas e Jacques Derrida na sua defesa de uma política externa própria da Europa unida, tanto o repúdio da guerra como a repugnância pela dominação colonial, apanágio “de todas as grandes nações europeias” que, perdido o império, “se vêem hoje na posição incómoda de ter de prestar contas dos seus actos”.² Superlativamente europeus, como os define Eduardo Lourenço, os Portugueses, que se aproximam de todos ou quase todos os países da União por uma das características particulares da sua história recente – do colonialismo ao convicto empenhamento europeu, da ditadura à penosa saída do subdesenvolvimento, do isolamento à forte sangria migratória e à diáspora, e muitas outras se poderiam enumerar –, estão em posição ideal para participar na discussão de como pode o conteúdo da política internacional da União Europeia ganhar corpo – e a sua acção eficácia –, integrando, no plano da reflexão como no da acção política concreta, a visão e a participação específica dos países e regiões que a constituem.

Na primeira parte deste texto, procuro identificar, com a distância que os vinte e mais anos de pertença europeia permitem, a presença das questões internacionais no pensamento português sobre a Europa, detendo-me em particular sobre a temática do alargamento. Na segunda, perante a constatação da reemergência da multipolaridade, procuro analisar o contributo da presidência, e da União Europeia em geral, para a reemergência paralela do multilateralismo eficaz que inscreve como objectivo primeiro da sua estratégia internacional. Na terceira parte, discuto o interno como externo, uma vez que a influência mundial da União depende em grande parte da sua própria conformação interna. Por fim, em apêndice, estão coligidos e actualizados com os últimos números disponíveis, onde convém, alguns dos dados essenciais sobre a opinião e a economia portuguesa apresentados no texto de 2000.

² Jacques Derrida e Jürgen Habermas, “Europe : plaidoyer pour une politique extérieure commune”, Libération, 31 de Maio de 2003.

I - Tradição e europeização

Na adesão de Portugal à União Europeia, não é talvez inútil lembrá-lo uma vez mais, pesaram primordialmente considerações de natureza política: a consolidação da democracia e a procura de um novo destino, na expressão de Mário Soares, que substituiu o do Império perdido em inglórias guerras coloniais. Há ainda sectores da sociedade portuguesa, com alguns restos de influência, que se apegam a posições fortemente tradicionalistas e isolacionistas e consideram que, em virtude da integração europeia, Portugal iria fatalmente afastar-se dos espaços de relacionamento tradicionais, ditos privilegiados, ou teria pelo menos de tolerar a concorrência dos demais parceiros europeus, designadamente no chamado, com alguma impropriedade, “mundo lusófono”. É facto, porém, que os dois grandes partidos³ que têm alternado, desde 1985, no governo de Portugal assumiram que a pertença à União Europeia é um forte trunfo no reforço e na potenciação do relacionamento com os países que formam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.⁴ Opinião semelhante tem aliás a maioria dos dirigentes e intelectuais desses países. Para o sociólogo e académico brasileiro Hélio

³ O Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Socialista (PS), que somam ordinariamente, em eleições legislativas, mais de três quartos dos votos expressos.

⁴ Constituída em Julho de 1996 por sete países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe), a que mais tarde, em Maio de 2002, se juntou Timor-Leste.

Jaguaribe, “Portugal, por sua condição de membro da CEE e sua comum participação no universo cultural luso-brasileiro, abrirá parta o Brasil e, por extensão, para os associados latino-americanos do Brasil, um importante espaço no âmbito da Comunidade [Europeia].”⁵

As Comunidades reconheceram, reciprocamente, fazendo dele especial menção, o potencial que a adesão de Portugal acrescentava no domínio da acção externa: “os laços históricos, culturais e económicos de Portugal com a América Latina, com a África e também com a Ásia representam um contributo importante para a acção em que a Comunidade está empenhada, com o fim de criar, sobretudo nas áreas de maiores tensões internacionais, as premissas de novos equilíbrios e novas aberturas de paz.”⁶

Vinte anos depois da adesão, impõe-se a constatação de que Portugal, tal como a Espanha, contribuiu para uma aproximação entre a Europa e a América Latina; ambos os países inscrevem aliás a América Latina no topo das prioridades da sua política externa, com variantes de ênfase que pouco têm que ver com a orientação política dos governos, de um e de outro lado do Atlântico. Brasil e África, por outro lado, sempre estiveram presentes, em lugar de destaque, na lista de prioridades da presidência portuguesa da União, e a actual não foge à regra. Como afirmou o primeiro ministro, José Sócrates, ao apresentar o programa da presidência ao Parlamento Europeu, Portugal, ao promover a primeira cimeira com o Brasil, considera estar a dar um “contributo específico para enriquecer a política externa europeia”. Portugal considera também prioritária, e tem nisso empenhado enorme esforços, a realização da cimeira programada com a União Africana. A África, área de relacionamento tradicional, é vista porém numa óptica europeia. Lisboa tem insistido particularmente, durante a presidência, que está na altura de pôr fim a “domínios reservados” ou áreas especiais de influência dos Estados europeus no continente africano e optar decisivamente por uma perspectiva global UE-África.⁷

5 Hélio Jaguaribe, “Portugal e Brasil perante a integração europeia”, in *Estratégia* (Lisboa: 6, 1989).

6 Alocução de Giulio Andreotti, ministro italiano dos negócios estrangeiros e Presidente do Conselho Europeu em exercício, Assinatura dos Actos de Adesão, 12 de Junho de 1985.

7 Esta afirmação, tal como a ouvi ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, João Gomes Cravinho, é uma constante no discurso da presidência portuguesa a propósito da cimeira UE-África.

Este modo de ver os interesses próprios como componente de um mais vasto interesse comum conforta a ideia que Portugal tem do seu papel na Europa e no Mundo. Sem descurar os seus interesses específicos em matéria de política externa, considera porém que fazem parte de um geral interesse europeu. E nalguns casos o percurso é, por assim dizer, inverso: as relações com o Maghreb e o Mediterrâneo em geral tornaram-se progressivamente, após a adesão, uma área cada vez mais importante entre os interesses “próprios” de política externa, com uma componente económica que não é, aliás, negligenciável. Antes da adesão, o Maghreb – a que fortíssimos laços históricos, de tipo não colonial, ligam Portugal – não fazia parte das prioridades da política externa portuguesa; era mesmo considerado “perigoso” interessar-se pelas questões mediterrâneas, dada a importância que tinha, e de certa forma continua a ter, a base aérea das Lages, nos Açores, nas operações americanas no Médio Oriente. Foi a pertença europeia que aproximou Portugal dos outros países da Europa do Sul no lugar que confere à política euro-mediterrânica e em particular no empenho que põe no chamado Processo de Barcelona. O Mediterrâneo constitui um exemplo claro da geral europeização da política externa portuguesa, neste caso por aquisição de um novo interesse cuja proeminência progressivamente se afirmou. A amplitude e o fôlego que tomam as relações ditas tradicionais é um outro aspecto não menos importante da europeização, cuja feição mais saliente é talvez o entusiasmo com a defesa europeia e a aliança entre política externa e política de segurança e defesa.

Nos últimos anos, Portugal esteve presente em todas as principais operações militares europeias, sob a égide da União como da Nato. Empenhou forças significativas na operação das Nações Unidas em Timor-Leste, demonstrando a vontade de associar às prioridades “nacionais” de política externa a componente de segurança onde esta é indispensável. O mesmo se passou com as prioridades “europeias”, da Bósnia ao Kosovo, do Afeganistão ao Líbano. Longe vão as hesitações iniciais e o temor de ter se ver forçado a uma “escolha dilacerante” entre a União e a Nato, sucedâneo da dicotomia europeísmo vs. atlanticismo, resumido este no alinhamento automático com os Estados Unidos. Se deste último houve laivos, no discurso governamental, por ocasião da invasão americana do Iraque, em 2003, a intervenção dos Estados Unidos foi duramente criticada, em privado, pelas altas patentes militares, numa demonstração de quanto se tinham, verdadeiramente, “europeizado”.

O dealbar unilateralista do século XXI causou em Portugal perplexidades semelhantes às que causou por essa Europa fora, e complicou o equilíbrio euro-atlântico que preside por norma à sua política externa, reflexo e componente do equilíbrio que a própria União Europeia procura manter no seu relacionamento com os Estados Unidos. Quando esse equilíbrio se rompe em desfavor da unidade e da solidariedade europeia, como aconteceu com a intervenção no Iraque, os políticos portugueses ficam numa situação difícil, e nem sempre as suas escolhas são consensuais. Também a propósito destas hesitações e destas perplexidades se pode porém falar de “europeização”.

As relações tradicionais com espaços extra-europeus sofreram, entretanto, sobretudo a partir dos anos '90, progressivo incremento e foram-se adensando gradualmente. As relações com a América Latina, e muito em especial o Brasil, que não ultrapassaram durante décadas a esfera retórica, e eram, para além da cultura, muitíssimo frágeis, sofreram forte impulso e ganharam consistência política e económica. O Brasil, que na primeira metade do século vinte constituiu o principal destino da emigração, tornou-se um dos palcos principais, se não o principal, da internacionalização da economia portuguesa. Os temores de que a pertença europeia causasse a erosão das relações com o Brasil revelaram-se infundados, e os proponentes da dicotomia Europa ou Atlântico tiveram que reconhecer que não tinham razão. O impulso da adesão peninsular no adensamento das relações euro-latino-americanas fez-se igualmente sentir, tanto no plano económico como político. Foi sob presidência portuguesa que teve lugar, em 1992, a primeira reunião ministerial entre a então Comunidade Europeia e o Mercosul, desde essa altura identificado como um parceiro estratégico da União e apontado como um exemplo do regionalismo assente na integração profunda, emulando em parte o exemplo europeu, que a União gostaria de ver triunfar.

Tanto Portugal como a Espanha dão um sentido europeu aos círculos de cooperação com a América Latina em que participam, designadamente o processo das cimeiras ibero-americanas, cujo secretariado permanente está sediado em Madrid. O empenhamento da Espanha e de Portugal nas relações com a América-Latina, o papel que assumiram, inclusivamente, na Comissão Europeia, a prioridade que deram a essas relações nas presidências que exerceram, foram no entanto insuficientes para consolidar a desejada relação estratégica entre a União Europeia

e o Mercosul. O acordo-quadro assinado em 1995 nunca chegou a dar origem, como se pretendia, a um acordo de livre comércio, que naufragou nas mesmas águas, aliás, que as negociações de Doha. Este exemplo ilustra os limites do papel dos “campeões nacionais”: Portugal e Espanha influenciaram a política latino-americana da União, empurrando quanto puderam a América Latina para o topo da hierarquia das prioridades da acção externa europeia: mas ao fim e ao cabo é preciso o apoio dos outros Estados membros, e a paz relativa em que vive a região, na crispação securitária que se fez sentir depois do 11 de Setembro, relegou a América Latina para longe das preocupações centrais europeias. O eterno adiamento do acordo de livre comércio com o Mercosul minou a dinâmica iniciada com a reunião ministerial de Guimarães e a almejada parceria estratégica esmoreceu. Por muito que os membros da União europeizem as suas perspectivas nacionais, o sentido europeu da sua acção perde-se em muito se não forem capazes de influenciar decisivamente a agenda europeia.

Alargamentos: a democracia primeiro

Se há país da União Europeia onde os alargamentos futuros têm hoje um claro apoio político, esse país é Portugal. Para os principais dirigentes políticos portugueses do arco europeu (PS e PSD) opor-se aos alargamentos seria quase ilegítimo à luz da experiência portuguesa. Depois de um momento inicial de hesitação, é esta a posição prevalecente. Quanto ao alargamento à Europa de Leste, manifestou-se uma primeira reacção defensiva nos círculos políticos – ao contrário da generalidade dos meios empresariais –, que viram nele uma ameaça potencial, em termos de deslocalização das indústrias e também ou particularmente de concorrência em relação aos fundos europeus. Atitude diferente se manifestara em relação à adesão aos países da EFTA, a que Portugal tinha pertencido, e que eram vistos como países ricos e próximos da posição de euro-prudência que então dominava, defensores dos direitos dos países mais pequenos contra tentativas de directório europeu dos grandes. A oposição à adesão das novas democracias, que já não se manifestava na época da presidência de 2000, foi rapidamente considerada como insustentável, por ser contrária à própria experiência portuguesa. Esta atitude radica-se na consciência de quanto a adesão, em 1986, foi crucial

para a consolidação da democracia portuguesa e para a sua arrancada para o desenvolvimento. A expansão da União à dimensão do continente é considerada a faceta mais significativa da sua política externa, e o contributo mais significativo e original da União Europeia para a paz mundial. A «inclusão democrática» constitui na realidade o método europeu por excelência e explica o poder de atracção da União Europeia junto dos seus vizinhos, particularmente dos que têm vocação ou ambição de vir a pertencer ao clube.

Esta visão está bem patente no forte apoio dos círculos pró-europeus à adesão da Turquia. Nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, “the positive attraction of the EU can generate a virtuous cycle that will anchor [Turkey] strongly to Europe We have a commitment to negotiate with Turkey and we should fulfil that commitment in good faith.”⁸ A concepção de Europa aberta, assenta na unidade na diversidade, faz parte do discurso dos europeístas portugueses. A concretizar-se, a adesão da Turquia consolidará o projecto de uma Europa diversa, capaz de integrar um país de maioria muçulmana, que será visto como um forte exemplo de democracia e de paz numa região em que nem uma nem outra abundam. Para o antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, esta problemática representa “un véritable enjeu pour l’Europe: avec la Turquie, l’Europe sera mieux à même de se tenir en tête-à-tête avec l’Asie ; sans elle, il est fort à parier que les deux continents seraient appelés à se tourner le dos.”⁹

Na decisão de a União Europeia vir a integrar (ou não) a Turquia, tomada exclusivamente com base no cumprimento escrupuloso dos critérios prescritos, decide-se, em larga medida, o futuro da Europa aberta na ordem interna. Assim se decide também, conseqüentemente, o efeito catalisador do seu modelo e a capacidade para influenciar e para agir num mundo que se multipolariza, numa ordem internacional que bem pode regredir, embora em moldes diferentes, para o instável equilíbrio das potências.

⁸ Luís Amado, “Packed Agenda”, The Parliament Magazine, 249, 2 July 2007.

⁹ Jorge Sampaio, “Voies vers la démocratie et inclusion dans la diversité”, intervenção na Conferência Anual do EuroMeSCo. (Istambul, Outubro de 2006.)

II - “Multilateralizar” a multipolaridade

Portugal assume a sua terceira presidência – muito provavelmente a última – num momento bastante diferente da ordem internacional do que prevalecia nas anteriores, em 1992 e em 2000. Em ‘92 vivia-se um momento forte de esperança numa nova ordem mundial, e em 2000, no fecho da década de George Bush e de Clinton, a unipolaridade resultante, afinal, do fim da Guerra Fria traduzira-se na “hegemonia benigna” da solitária “hiperpotência” americana, muito pouco contestada pelos outros actores de um sistema internacional em transição para o que então se esperava ser um multilateralismo ou um multi-regionalismo fortemente marcado pelo poder de atracção do modelo europeu.

Entretanto, a Europa foi forçada a reconhecer que os seus grandes parceiros estratégicos (qualificativo antes reservado à parceria transatlântica com os Estados Unidos e às parcerias em esboço com os processos de integração emergentes) para a construção da ordem mundial têm forçosamente de incluir um conjunto de potências. Independentemente das considerações de conjuntura que se teçam sobre o lugar dos Estados Unidos no mundo, não pode a Europa deixar de empenhar-se num relacionamento de ordem semelhante com a China, em primeiro lugar, a

Índia, e, em grau algo diferente, o Brasil e a África do Sul, nem negligenciar a reafirmação insistente da Rússia, que tanto recorre à energia como ao armamento, do seu estatuto de grande potência. Um dos traços salientes da presidência, em que a diplomacia portuguesa está fortemente empenhada, são as cimeiras bilaterais com o Brasil, a China, a Índia e a Rússia, agrupados na sigla dos chamados BRIC. No extremo oposto do espectro, figura a cimeira “bicontinental” com a União Africana, em que se “colam” de uma penada processos incipientes ou não de integração regional e círculos privilegiados de cooperação da própria União. É o claro reconhecimento por parte da União de que o mundo regressa à multipolaridade.

O modo como a União procura lidar com a multipolaridade no século XXI e organizar em função dela a teia das suas “parcerias estratégicas” não parte, por enquanto, da perspectiva de que as potências ditas emergentes rivalizam em poder com os Estados Unidos, mas sim da constatação de que são indispensáveis para a resolução de um sem número de grandes questões internacionais, com relevo para a economia, o comércio e a finança internacional, numa agenda que se expande progressivamente às questões humanitárias e da segurança. Pensemos no papel fulcral da China na problemática norte-coreana, do Brasil nas questões da América central e do Sul, da Rússia em relação ao Irão. Atentemos na importância de todos eles nas questões energéticas e na agenda do ambiente. Como sublinha Nicole Gnesotto, “L’Ouest sans le reste est devenu étonnamment impuissant.”¹⁰

A maneira de lidar com a multipolaridade, ou seja, a gestão do relacionamento com as potências ditas emergentes é uma questão vital para a União Europeia. Nela se resolve, por assim dizer, a estafada questão de saber se a Europa é uma potência regional ou uma potência mundial. Na vizinhança e na periferia da União a que a Turquia se liga já pelos laços da pré-adesão – da Rússia ao Cáucaso, da Síria ao Iraque e ao Irão, se entrecruzam com particular acuidade todos os grandes problemas mundiais. Se quiser agir como potência regional, a União é impelida, tanto ou mais pela necessidade quanto pela vocação, a afirmar-se como potência mundial. Tal como o interno se confunde com o externo, o plano regional, no caso da União Europeia, dada a sua configuração política e económica particular, confunde-se com a esfera mundial.

¹⁰ Nicole Gnesotto, « La sécurité dans un monde post-occidental », in *Esprit*, Maio de 2007.

Compelida a assumir um papel de relevo na gestão da multipolaridade, aproximando-a tanto quanto possível do multilateralismo e afastando-a tanto quanto possível da instabilidade permanente, a União constata porém que as potências de primeiro plano não assumem ainda as responsabilidades globais que o seu estatuto ou a sua ambição lhes conferem no que respeita a contribuir para uma ordem mundial mais justa e mais capaz de regular a globalização, e sobretudo de fazer frente à enorme desordem internacional. A impotência da comunidade internacional perante as grandes questões que dominam a agenda mundial, da pobreza à segurança, da catástrofe humanitária à degradação ambiental, seja no Darfur, no Médio Oriente ou em África resulta sem dúvida, como causa primeira, do abandono pelos Estados Unidos da diplomacia multilateral; mas deve-se igualmente ao desinteresse das outras grandes potências.

Se nos últimos anos assistimos ao fracasso do unilateralismo armado, como o atesta a tragédia iraquiana ou a guerra do Líbano, não vimos ainda, longe disso, triunfar o multilateralismo eficaz preconizado pela estratégia europeia em matéria de segurança. Estamos mais perto do que pode considerar-se um unilateralismo ineficaz que desse multilateralismo eficaz preconizado, mas insuficientemente praticado, pela União Europeia. Isto é particularmente verdade no Médio Oriente, nomeadamente na questão israelo-palestina, apesar da vital importância que a EES lhe confere: “uma prioridade estratégica para a Europa e um pressuposto sem o qual poucas serão as possibilidades de resolução de outros problemas do Médio Oriente. É imperioso que a União Europeia se mantenha determinada e pronta a mobilizar recursos para enfrentar o problema até à sua resolução”.¹¹

É difícil, ou mesmo impossível, intervir com haver sucesso assinalável e duradouro em matéria de política internacional sem um forte empenhamento dos Estados Unidos. Os governantes portugueses e os principais dirigentes da oposição não deixam de o lembrar. A actual debilidade e descredibilização dos Estados Unidos são encaradas como uma das razões fundamentais do enfraquecimento do multilateralismo. Há em Portugal vasto consenso que dá forte preferência à ordem multilateral, atitude que evoluiu da mera passividade protectora dos Estados menos poderosos, à convicção de que sem ela não há verdadeira capacidade de agir para

¹¹ Uma Europa Segura num Mundo Melhor. Estratégia europeia em matéria de segurança, adoptada pelo Conselho Europeu em 12 de Dezembro de 2003.

enfrentar os grandes desafios mundiais. Apesar do apoio que o governo do PSD deu à intervenção no Iraque, que teve então a oposição do Partido Socialista, há hoje consenso sobre as suas consequências destabilizadoras para a região.

O multilateralismo defendido pela a União Europeia, qualificado como “eficaz” por ser virado para a resolução dos problemas internacionais, postula que existem limites à soberania dos Estados, nomeadamente quando a comunidade internacional é chamada a intervir para proteger os direitos fundamentais dos cidadãos. É próximo do conceito de novo multilateralismo desenvolvido a partir de projecto de pesquisa de raiz luso-brasileira e âmbito euro-latino americano,¹² que punha igualmente em evidência a importância do regionalismo quer para a consolidação da democracia quer para a resolução das crises regionais.

China, Índia e Rússia, fortemente soberanistas, têm ainda do multilateralismo uma concepção tradicional. Mais do que um modo de governação internacional comum, vêem-no prioritariamente como um instrumento para limitar ou conter o poder dos mais poderosos – os Estados Unidos e a própria União, designadamente – e não para agir na resolução dos grandes problemas internacionais.

Para ser realmente eficaz, o regime multilateral não pode limitar-se a sacralizar a soberania e garantir a independência dos Estados; tem de servir para enfrentar as grandes crises internacionais e as tragédias humanitárias. A multipolaridade crescente pode constituir enorme entrave, factor de complicação e de maior enfraquecimento do multilateralismo. Teria sido possível intervir hoje no Kosovo, para impedir a consumação de um crime contra a humanidade? Como reagiriam a Rússia e a China? O Brasil é o país que, entre os chamados BRIC, tem maior apego ao multilateralismo, tal como a maioria dos países latino-americanos. Se não deixou ainda de o conceber sobretudo como uma forma de contrabalançar o poder do grande vizinho da América do Norte, está hoje, em contrapartida, mais empenhado em comprometer-se com as exigências do multilateralismo eficaz, como o atesta a sua participação na operação de manutenção da paz no Haiti, para além das iniciativas no domínio do combate à pandemia e à pobreza.

¹² Ver, designadamente: O Novo Multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul. Relatório elaborado por Alexandra Barahona de Brito e Álvaro de Vasconcelos. (Lisboa: IEEI/Forum Euro-Latino-Americano, Outubro de 2001.)

A emergência de novas grandes potências é acompanhada pela sua vontade de se afirmar globalmente, por vezes em detrimento da inserção regional. O regionalismo, uma das componentes mais promissoras da ordem internacional dos anos '90, parece também estar em crise perante a emergência da multipolaridade e a tendência concomitante para o bilateralismo. É sintomático que na presidência de '92 Portugal tivesse lançado a primeira pedra da cooperação política entre a União e o Mercosul, promovendo, como atrás se referiu, a primeira reunião ministerial entre a então Comunidade Europeia e o Mercosul. Esta iniciativa foi saudada, então, em Portugal, como o início de um processo de construção de um novo multilateralismo assente no regionalismo, capaz de humanizar a globalização e consolidar a democracia a paz. Quinze anos depois, já não se trata de identificar como parceiro prioritário o núcleo de integração regional na América do Sul, mas antes, como têm afirmado os responsáveis portugueses, de contribuir para a afirmação do papel global do Brasil como principal potência da América Latina, coerente aliás como o apoio que Portugal deu à vontade do Brasil de ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Perante a emergência de um mundo multipolar, a União Europeia vê-se no dilema, bem presente na presidência portuguesa, de reconhecer que a distribuição do poder a nível internacional está a mudar rapidamente, o que aconselha um relacionamento privilegiado com os “pólos” que se consolidam ou aspiram a consolidar-se, e preservar simultaneamente a sua perspectiva de defesa do multilateralismo eficaz aliada à promoção do regionalismo. As consequências deste conflito de perspectivas são múltiplas. Para as conciliar, a União precisa de ter uma visão clara da actual situação internacional e definir a sua acção a partir dos seus valores fundadores. A perplexidade de muitos dirigentes europeus perante a situação internacional está claramente expressa na afirmação do primeiro-ministro português ao apresentar as prioridades a presidência aos deputados europeus: “vivemos num mundo em mudança que vemos acontecer mas que ainda não compreendemos plenamente.”¹³ Certamente que um dos aspectos mais salientes desta mudança é a dificuldade da União Europeia em lidar com a emergência de novos actores globais, com uma concepção realista das relações internacionais.

¹³ Intervenção do Primeiro-Ministro, José Sócrates, na apresentação do programa da Presidência Portuguesa ao Parlamento Europeu, Estrasburgo, 11 de Julho de 2007.

O debate sobre multipolaridade e multilateralismo é essencial. A União Europeia não pode e não deve confundir uma coisa com outra. A multipolaridade é a constatação de que o sistema internacional é hoje mais complexo e que a noção de unipolaridade que se instalou por defeito no post-guerra fria não é suficiente para explicar a distribuição de poder a nível internacional. Aliás, possivelmente nunca o foi: os limites do poder americano eram já bem notórios antes da intervenção no Iraque. A noção de multipolaridade serve pois para constatar a emergência de um pluralidade de actores que agem a nível global e limitam o poder da superpotência que restou e dos demais “pólos”. No sentido mais corrente, esta noção serve para reconhecer a emergência da China, e, em certa medida, da Índia, o novo activismo da Rússia e a importância crescente de outros actores como o Brasil, particularmente no comércio internacional. É o reconhecimento de um dado da realidade internacional, ao qual se refere quase toda a literatura e que tem hoje, em Portugal, plena aceitação.

Alguns líderes políticos, sobretudo chineses e russos, mas também alguns europeus, atribuem um carácter normativo à noção de multipolaridade, defendendo um equilíbrio multipolar, particularmente através de uma aliança que contrabalance o poder americano. A União Europeia, que deslegitimou a política de potência no continente, não pode defender a nível global um sistema de equilíbrio de potências, mesmo amenizado por um multilateralismo fraco, como também não pode defender o unipolarismo, que se traduziria inevitavelmente na defesa de uma perspectiva unilateralista. A guerra do Iraque mostrou bem que nem os defensores da multipolaridade nem os da unipolaridade foram capazes de impedir o erro histórico dos Estados Unidos.

O que faz da União Europeia um actor internacional singular não é ser ou poder vir a ser uma superpotência igual às outras, mas ser uma construção assente nos valores da democracia, da paz, da solidariedade e da associação entre os Estados. Exemplo por excelência de construção multilateral, a União é vista pela maioria dos países do mundo e certamente por muitos sectores da população das grandes potências como o modelo de ordem internacional que gostariam, *mutatis mutandis*, de ver instalado na cena mundial. Nesse sentido lhe chamou

Celso Lafer um bem público internacional.¹⁴ Mas é-o antes do mais pela força do exemplo, pelo facto de ter contribuído de forma decisiva para a integração democrática de grande parte do continente europeu, e pelo reconhecimento de que a acção internacional da União em defesa, embora nem sempre consequente, de um multilateralismo de resultados faz parte da sua identidade. À União se deve, em larga medida, o sucesso relativo de iniciativas multilaterais como o Tribunal Penal Internacional ou o protocolo de Kyoto. Apesar da adesão que suscitaram, estes são sucessos mitigados exactamente porque falharam em concitar a adesão das grandes potências, Estados Unidos, China e Rússia, que recusaram liminarmente confinar aos constrangimentos multilaterais o seu poder de agir militarmente ou de crescer economicamente.

O rumo das presidências portuguesas: uma visão europeia da ordem internacional

É neste contexto de recaída na multipolaridade que a presidência procura orientar algumas das grandes questões internacionais. Se os temas que dominavam a agenda em matéria de política externa e de segurança eram em ‘92 e 2000 principalmente europeus, os de 2007 são orientais, africanos, mundiais. Não é por acaso que a presidência tem um lema planetário, por assim dizer, “Uma União mais forte para um Mundo melhor”, enquanto o de ‘92 se limitava ao plano interno, “Rumo à União Europeia”.

A presidência de ‘92 foi a da descoberta pelos portugueses da União Europeia e permitiu a sectores da elite nacional menos estrangeirada assumir a integração, libertando-se dos complexos que ainda a tolham e a levavam a sentir-se próxima do eurocepticismo britânico. A presidência de 2000 foi a da descoberta de Portugal pela Europa. António Guterres, o primeiro-ministro português de então, tornou-se uma figura central do Conselho Europeu e um desejado futuro presidente da Comissão, o que viria a materializar-se não através do dirigente do Partido Socialista, mas do então chefe do governo e líder do PSD, José Manuel Barroso. A indigitação de Barroso para a presidência da Comissão Europeia é, de certo modo, o culminar de uma fase da integração europeia de Portugal iniciada durante a pre-

¹⁴ Celso Lafer, “A União Europeia, 50 Anos – as lições do passado e os desafios do futuro”, in *Mundo em Português*, 64, Maio-Junho de 2007.

sidência de '92, com Cavaco Silva, que prosseguiu com os governos de Guterres, e foi colocando o país, por vezes com demasiada timidez, no centro da Europa. Durante esses anos, fruto da própria experiência portuguesa e das peculiares preocupações com o lugar dos Estados na União, desenvolveu-se um pensamento próprio sobre a integração, a que se tem chamado “verdadeiro federalismo”: a defesa não de um super-estado federal europeu, à americana, mas de um modelo de governação assente na solidariedade e na dupla legitimidade dos Estados e dos cidadãos. No domínio da identidade internacional da União, a experiência portuguesa pode sintetizar-se numa concepção de integração aberta. Aberta não só ao Mundo exterior, mas aberta também porque defensora dos valores da democracia e da diversidade.¹⁵ É esta filosofia da integração europeia que Barroso leva para a Comissão, o que pode ser particularmente útil – para a Europa, e Portugal dentro dela – nos ásperos tempos que correm.

A presidência de 2007, apesar da centralidade da reforma do Tratado, poderá ser a descoberta pelo mundo do papel europeu de Portugal: as circunstâncias assim o impõem. As duas primeiras presidências foram fortemente marcadas, como vimos, pelas questões europeias. Em '92, dominou a necessidade da União de pôr cobro, no post-Maastricht, às guerras balcânicas, nomeadamente de contrariar o nacionalismo sérvio e proteger os Bósnios da dizimação. Em 2000, dominou a preocupação de avançar com um novo modelo de desenvolvimento que tivesse em conta o potencial imenso da era da sociedade da informação, traduzido na Estratégia de Lisboa, cujo objectivo era atingir o nível desenvolvimento e o grau de competitividade dos Estados Unidos em 2010 sem deitar no entanto a perder as conquistas da coesão e do modelo social europeu.

A presidência de 2000, que coincidiu com o último ano do governo de Clinton, foi ainda marcada pela hora da Europa. A conjugação de vontades que se vivia então de um e de outro lado do Atlântico permitira que os Estados Unidos tivessem forçado o acordo de Dayton e, aguilhoadas pela terrível lição de impotência aprendida na Bósnia, a França e a Inglaterra se tivessem entendido em Saint-Malo, dando assim origem à política de defesa europeia. Portugal deu então particular importância à concretização da estrutura da PESD e do relacionamento com a

15 Ver Guilherme d'Oliveira Martins e Álvaro Vasconcelos, “Modelar a vida internacional tendo como referências a democracia e a integração”, in Regular e Democratizar o Sistema Global, Uma Parceria para o Século XXI, Forum Euro-Latino Americano. (Cascais: Príncipe, 1999.)

Nato da sua componente militar, tendo o Conselho Europeu da Feira reiterado o “seu empenhamento na criação de uma Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, capaz de reforçar a acção externa da União através do desenvolvimento de uma capacidade militar de gestão de crises, assim como de uma capacidade civil, no pleno respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas.”¹⁶ Rompendo com a convicção arraigada desde o fim da Primeira Guerra Mundial de que se deveria manter afastado dos teatros europeus, Portugal tem mantido uma presença militar significativa nos Balcãs. O actual ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira, considera que a necessidade da política europeia de defesa e da sua componente militar se impôs não só pela constatação da incapacidade da União de impedir as guerras balcânicas como pelos “sucessivos adiamentos da intervenção da Aliança Atlântica, [que] acabaram por impor uma revisão das prioridades”.¹⁷

Em '92 e 2000, a União podia ainda pensar o futuro centrando-se prioritariamente sobre a própria Europa, para cumprir plenamente o objectivo de redesenhar o mapa do continente através da pacificação, da democratização e da própria integração. Este objectivo foi alcançado de forma notável: hoje vive-se em democracia de Portugal às fronteiras da Rússia, e a União completou com a PESD, pelo menos em tese, a capacidade de acção autónoma em matéria de política externa. Em 2007, porém, nem a União nem a sua presidência podem escapar ao poder do Mundo.

O que de particular existe na perspectiva portuguesa da política mundial da União não advém do acaso de lhe caber a organização de todas as cimeiras com os BRIC e com a União Africana, mas o facto de lhes ter imprimido um carácter verdadeiramente global, na perspectiva da Europa aberta. Aliás, este acaso não é totalmente fortuito, já que a iniciativa das cimeiras com a Índia lhe coubera, bem como a da cimeira euro-africana (ambas pela se realizaram primeira vez no primeiro semestre de 2000), e a cimeira UE-Brasil, que decorreu em Julho, foi deliberadamente promovida por Portugal, não sem que houvesse que vencer algumas resistências, em consonância com a Comissão Barroso.

16 Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, 19-20 de Junho de 2000.

17 Discurso do ministro da Defesa Nacional na sessão solene de abertura do ano académico, Instituto da Defesa Nacional (IDN), 5 de Dezembro de 2005.

A estratégia que dá sentido à política externa europeia, no momento presente, é a de “multilateralizar” a multipolaridade, procurando construir bilateralmente com os parceiros identificados como estratégicos uma agenda para a resolução dos grandes problemas globais. Multilateralizar a multipolaridade não significa, repita-se, defender uma aliança anti-americana entre as grandes potências, bem pelo contrário. Significa envolver na criação de regras e normas mundiais os principais actores do sistema internacional, em primeiro lugar os Estados Unidos.

A perspectiva de multilateralizar a multipolaridade esteve presente no modo como a presidência encarou a cimeira UE-Brasil: “o relacionamento mais próximo com o Brasil trará também resultados concretos na resposta aos desafios globais”¹⁸, nomeadamente no que diz respeito às questões energéticas e do ambiente e às negociações da Ronda de Doha, vistas por Portugal como um elemento relevante de regulação da globalização.

Ao procurar imprimir um sentido de governação global às cimeiras bilaterais, Portugal começa a encarar de um modo diferente a Estratégia de Lisboa, vista em 2000 numa perspectiva meramente intra-europeia, e reconhece hoje que tem que ser pensada num contexto global. Como afirma Maria João Rodrigues, no quadro de um projecto pioneiro lançado pelo IEEI, “a emergência de novos actores globais”, aliada à coincidência geral dos objectivos das agendas de desenvolvimento dessas mesmas potências, justifica a necessidade dessa visão mais ampla. A concretização dos objectivos da Estratégia de Lisboa, por outro lado, assentes nomeadamente na inovação tecnológica e nas reformas sócio-económicas, tem uma clara dimensão de governação global, que aconselha a fazer evoluir “a Estratégia de Lisboa de um paradigma interno para um outro, baseado na cooperação internacional”.¹⁹

A construção de uma agenda comum com os BRIC, ou pelo menos com parte deles, permitirá enfrentar com maior eficácia alguns dos grandes problemas globais, como a pobreza em África. Nos últimos anos se assistimos a uma redução significativa da pobreza na Ásia, graças ao crescimento da China e da Índia, mas a

18 Intervenção do Primeiro-Ministro José Sócrates, na apresentação do Programa da Presidência Portuguesa ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, 11 de Julho de 2007.

19 Maria João Rodrigues, “The Lisbon Agenda in the European Union: Implications for Development and Innovation”. *Estratégia*, 22-23, 2007.

situação em muitas regiões de África, onde metade da população vive com menos de 2 dólares por dia, continuou a agravar-se. Este é um dos temas globais em que é possível e necessário um empenhamento dos BRIC, nomeadamente da China, da Índia e do Brasil, indispensáveis, tal como os Estados Unidos, para pôr em prática as medidas que permitam fazer vingar os objectivos da agenda do milénio, e não menos indispensáveis para equilibrar o binómio energia/ambiente, que se torna mais premente em face das mudanças climáticas.

Não basta porém ter uma agenda mundial centrada no desenvolvimento, ainda que admitíssemos a sua bondade intrínseca. É preciso que as potências participem no esforço comum para prevenir as grandes tragédias humanitárias, inclusive as que resultam das alterações climáticas e dos desastres naturais, e resolver as crises e os conflitos que continuam a marcar a situação internacional. Uma das questões mais difíceis do diálogo estratégico, aliás perfeitamente ausente, por enquanto, da agenda das cimeiras com os BRIC e apenas vagamente afluída na estratégia longamente amadurecida com a União Africana, é a definição das condições em que é legítimo usar a força militar e das condições necessárias para essa legitimação. Este debate é hoje tanto mais difícil quanto a intervenção unilateral americana no Iraque está na origem de uma fortíssima oposição às intervenções militares em geral, inclusive de carácter humanitário. Mas circunstâncias há em que, perante a longa incúria das potências, a única forma de prevenir ou, mais frequentemente, de pôr termo a um crime contra a Humanidade, é a intervenção militar contra a vontade das partes. Independentemente da conformação do sistema internacional, é imperioso impedir a repetição de tragédias, passadas ou em curso, como a do Darfur e do Rwanda.

A construção de uma agenda comum bilateral com as grandes potências, no domínio económico e gradualmente, talvez, político, não pode por outro lado distrair a União Europeia da importância crescente que têm os outros actores do sistema internacional: agrupamentos regionais e inter-regionais, Estados e organizações internacionais e não governamentais, muitas vezes mais próximos, para mais, dos valores que a União defende para a regulação do sistema internacional e para a defesa dos direitos fundamentais.

O perigo da “multipolaridade europeia”

A convicção enraizada na Europa e ecoada noutros continentes de que os problemas do Mundo podem ser resolvidos pela aliança do hard power dos Estados Unidos com o soft power europeu já não corresponde à realidade mundial. Mas como pode então a Europa pesar no Mundo do presente e do futuro? A tendência natural em Portugal foi durante muito tempo a preferência por uma forte aliança com os Estados Unidos, justificada também na circunstância de serem considerados o garante da segurança europeia e nacional, tal como o tinham sido durante a guerra grega. Esta atitude transparece claramente das afirmações do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, explicando os motivos do apoio do governo à intervenção americana no Iraque pelo facto de ninguém em seu perfeito juízo poder esperar socorro dos Franceses caso Portugal viesse a enfrentar um problema grave de segurança. A convicção de que a salvação viria em quaisquer circunstâncias dos Estados Unidos, um dos sustentáculos da atlantismo ideológico em Portugal, está desfasada da realidade contemporânea. Não há regresso possível ao transitório unipolarismo post-guerra fria.

Mas pode a União optar pela defesa de uma perspectiva ideológica, política, da multipolaridade? Tal opção entraria em choque com os valores fundadores da própria União Europeia, que deslegitimou a política de potência entre os seus membros e que tudo teria a perder num mundo regido por equilíbrios instáveis de poder, em que a União fosse uma entre outras grandes potências. Hoje como ontem, a União precisa, para pesar nos destinos do Mundo, de um sistema regido por regras e normas.²⁰ Mas não pode cingir-se ao imobilismo nem à passividade, vizinhas do isolacionismo: tem de ser capaz de agir para garantir a sua própria segurança e intervir na resolução das crises. Em resultado da terrível lição da impotência europeia na Bósnia, generalizou-se em Portugal a convicção, tal como em muitos outros países da União, de que era preciso desenvolver capacidades europeias para agir militarmente. Ou seja, a União deve estar em condições, em certas circunstâncias, de intervir militarmente para a resolução de crises, e se necessário de forma decisiva.

²⁰ Ver: Álvaro de Vasconcelos, “The European Union and the New Multilateralism”, in Hélio Jaguaribe e Álvaro de Vasconcelos (eds.), *The European Union, Mercosul and the New World Order*. (Londres: Frank Cass, 2003.)

Mas as capacidades militares da União serão inoperantes se não estiverem integradas e subordinadas a uma política externa coerente e realmente comum. Se os Estados da União forem incapazes de desenvolver em comum políticas eficazes para resolver as grandes questões internacionais, nomeadamente perante crises graves, a União ficará condenada à passividade. Preocupa a presidência portuguesa a possibilidade de uma eventual declaração unilateral da independência do Kosovo causar uma divisão insuperável entre os Estados membros, e Luís Amado considera que o fundamental nesta questão é preservar a unidade da União. A atitude da Rússia em relação ao Kosovo pode de facto dividir a União. Fontes ligadas à presidência sugerem já que Moscovo tem hoje um potencial que não fica atrás do de Washington para causar a zizanie entre os europeus.

A multipolaridade coloca um desafio real à coesão e unidade da União. Não é de excluir que a emergência de um mundo fundamentalmente regido pelas grandes potências tenha como consequência uma nova “multipolarização” da Europa. Será que iremos assistir a alianças bilaterais entre Estados membros e as novas grandes potências? Ou será que essas relações, que obviamente existirão sempre, serão moldadas por uma perspectiva comum, europeia? Esta é uma questão essencial para a qual não há por enquanto resposta. Pode porém afirmar-se que nunca como hoje a unidade – coerência e coesão – foi tão essencial para a existência de uma política externa e de segurança da União Europeia digna desse nome, que se afirme ao menos nas regiões do mundo que considera prioritárias, começando no próprio continente e na sua vizinhança próxima. Em regiões do Mundo onde a União era praticamente o único actor externo de peso, tem hoje que contar com vários outros.

Nas circunstâncias actuais é preciso ter o maior cuidado em evitar fracturas que possam advir de uma contraposição leste-sul das áreas de interesse privilegiado da União. A presidência alemã deu importância particular à Europa do Leste e à Ásia Central, enquanto a presidência portuguesa se vira mais para o Mediterrâneo. Foi esta uma “divisão de trabalho” acordada entre os dois países no quadro do trio presidencial. É bom lembrar todo o esforço feito, no fim da guerra fria, para manter o equilíbrio leste-sul como um projecto comum e para empenhar a Alemanha na problemática mediterrânea. Para o governo português, o carácter europeu da política mediterrânica, tal como para o Leste, é a chave do sucesso; apesar de

saudar a iniciativa da União do Mediterrâneo, Lisboa sublinha a necessidade de garantir um forte envolvimento das instituições europeias.

Muito provavelmente será aprovado durante a presidência portuguesa o novo tratado que reformará designadamente a PESC, criando a figura do Presidente do Conselho e do ministro dos negócios estrangeiros. Será esta dupla capaz de promover a acção integrada dos Estados membros na ordem internacional e garantir assim a influência real da política externa europeia? Será ela capaz de assegurar que o contributo específico de cada Estado se integra na acção comum da União, tanto mais que se perde o momento único que para esse efeito constituem as presidências nacionais? Em Portugal é nulo o entusiasmo com o fim da condução alternada da política externa pelos Estados membros, temendo-se que isso seja prenúncio do reforço da tendência que se esboça para diminuir o papel dos países mais pequenos, e que com isso sofram as relações com as regiões do Mundo a que as presidências portuguesas deram uma importância particular, como a América Latina e a África.

III - O interno como externo

O poder de atracção da União é uma componente essencial do soft power europeu, e explica a enorme sensibilidade internacional em relação à evolução interna da União, que se lhe deve em mais larga medida que ao seus sucessos ou insucessos da sua política externa. Na União, o interno é a primeira entre as componentes da sua política externa.²¹ Aliás, embora sob um ângulo diferente, o mesmo se pode dizer do apoio nos Estados membros à União e da sua disponibilidade para apoiar ou exercer a sua acção externa.

No semestre da presidência, é algo paradoxal a posição de Portugal perante a União Europeia. Por um lado, o governo assume plenamente e sem qualquer ambiguidade uma perspectiva europeísta; por outro lado, a opinião pública está mais céptica que nunca, permeável à influência de uma «velha guarda» que, tendo apoiado fortemente a adesão, hoje hesita e se refugia numa posição defensiva, temerosa da concorrência económica e política – não só europeia como dos actores globais, particularmente a China. Assim se compreendem as críticas do presidente da União dos Bancos ao facto de a União ter aceite a entrada da

²¹ Álvaro de Vasconcelos, “O Papel da Europa num Mundo em Mudança”. Intervenção no Forum Novas Fronteiras. (Porto: Palácio da Alfândega, 6 de Setembro de 2006.)

China na OMC, que ameaça fortemente, em seu entender, os interesses portugueses e de outros Estados europeus. Estas posições reflectem a dos sectores económicos tradicionais, habituados à protecção do Estado e confiantes em que encontrariam na União um seu substituto. Verifica-se um decréscimo no apoio público à União, que em '90, durante os anos dourados da integração e do desenvolvimento, em que se acelerava o ritmo de 'catching up' que a partir de 2000 abrandou de forma preocupante, era dos mais entusiastas. Esse decréscimo, que se mede numa queda de 64 para 55 por cento entre 2000 e 2007, não corresponde porém a um desejo de “menos Europa”. É inevitável que os graves problemas de crescimento da economia portuguesa nos últimos anos se reflectam no declínio do apoio público ao projecto europeu, tanto mais que o argumento da manutenção do défice dentro dos limites consentidos pelo pacto de estabilidade e crescimento foi insistentemente esgrimido, como se de imposição externa se tratasse, para explicar a estagnação e exigir o “apertar do cinto”. O apoio ao reforço e à reforma institucional da União, que a torne mais unida e mais eficiente e eficaz, pelo contrário, radica na aceitação da União Europeia como comunidade e como sistema político.²² Este desejo de “mais Europa” está fortemente presente nas organizações da sociedade civil, que nela vêem um estímulo e um garante de melhoria no que toca, por exemplo, ao cumprimento das metas e das normas ambientais. As vozes discordantes quanto ao tratado constitucional foram maioritariamente, em Portugal, expressão de um certo desalento quanto à capacidade das políticas europeias para melhorar o quotidiano concreto dos cidadãos, no que respeita por exemplo à redução do desemprego.

José Sócrates, inscreve o seu pensamento sobre a Europa numa linha que retoma sem desvio a de António Guterres. Defende sem complexos uma Europa politicamente autónoma do ponto de vista internacional e critica as posições atlantistas da chamada “nova Europa”. Mas não deixa de considerar também que não haverá real autonomia política se a União não for uma entidade política em que as decisões dos dirigentes são democraticamente legitimadas. O primeiro ministro português sublinha a necessidade de colmatar o deficit democrático europeu através de mecanismos que permitam aos cidadãos pronunciar-se sobre as acções e orientações políticas da União. Constata que, se não for possível canalizar a

²² Pedro Magalhães, “O apoio à integração europeia em Portugal: dimensões e tendências”, IPRI Working Paper 16, Novembro de 2006.

oposição dos cidadãos a políticas, acções ou directivas determinadas, o risco que se corre é o de que a contestação resvale para a rejeição em bloco do projecto europeu: “são necessários mecanismos que permitam que os cidadãos se pronunciem sobre as acções e orientações das políticas da União, sem que, ao fazê-lo, tenham que pôr em causa o próprio projecto europeu.”²³ Sempre que se põem em causa orientações de uma dada política europeia, agrícola, comercial ou outra, manifesta-se, em Portugal, a tentação de culpar não uma orientação precisa mas o rumo do projecto europeu e, em casos extremos, o bem-fundado da decisão de nele participar. O facto de não existir ainda uma via que permita aos cidadãos distinguir com exactidão entre aquilo que são constantes fundamentais do projecto europeu e aquilo que são orientações ou medidas particulares de determinadas políticas europeias, por outro, dá uma impressão errada de que a União vive em crise permanente, o que explica também em parte a erosão do apoio público à integração europeia em Portugal.

Ao contrário da voz corrente, o governo não nega a existência do défice democrático europeu com o argumento que o Conselho é formado por governos legítimos, nem pretende que possa ser colmatado pelo simples recurso à atribuição de mais poderes de supervisão e controlo aos parlamentos nacionais, aliado a uma mais perfeita aplicação da subsidiaridade, princípio considerado importante mas insuficiente para garantir “uma verdadeira apropriação do projecto europeu pelos cidadãos”²⁴. Esta impõe a criação de mecanismos que permitam “que o sistema democrático supranacional se reforce”, nomeadamente “através do Parlamento Europeu, peça fulcral numa Europa democrática”, mas que envolva de forma mais aprofundada os parlamentos nacionais, os governos nacionais e a Comissão Europeia.²⁵

A diplomacia portuguesa manifestou prudente reserva e durante a Convenção, atitude que contrasta com a posterior defesa inequívoca do texto de Tratado Constitucional aprovado em Julho de 2006 pelo Conselho Europeu. Foi regra geral morno o tom do debate público a propósito da Convenção e do texto do Tratado Constitucional. Duas questões tiveram porém alguma saliência. Primeiro, a questão

²³ José Sócrates, “20 Anos Depois – Portugal e o Futuro da Europa”, Intervenção no seminário IEEI/Público, 8 de Maio de 2007.

²⁴ Intervenção do Primeiro-Ministro, José Sócrates, na apresentação do Programa da Presidência Portuguesa ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, 11 de Julho de 2007.

²⁵ Ibidem.

da identidade. Deveria ou não o Preâmbulo do Tratado conter explícita menção à raiz cristã dos valores por que se rege a União, ou noutras versões à raiz judaico-cristã? Segundo, a questão do primado do direito comunitário sobre o direito português.. Alguns constitucionalistas consideraram inaceitável a extensão deste princípio até então incontestado a matéria considerada constitucional, em razão da designação do Tratado que presumiria assim a subordinação da Constituição da República ao Tratado da União. Outros viram nesta última resistência um resquício de tendências soberanistas incompletamente debeladas.

Mais interessante foi o debate em torno da questão da identidade, de matriz religiosa ou cidadã, da UE. A Igreja, que há muito deixou de se imiscuir na política activa mas continua a pesar em questões do foro dos valores ou da moral, defendeu, tal como o fizeram vários intelectuais católicos, a crítica feita pelo Papa João Paulo II à ausência da menção da “cristianidade” da identidade europeia no Preâmbulo do fracassado Tratado Constitucional, pugnando pela sua inserção. Estas posições tiveram porém pouco eco. Outras vozes, como a do então Comissário António Vitorino, representante da Comissão à Convenção, concordavam com a referência a uma matriz religiosa no campo dos valores desde que incluísse mormente a matriz judaico-cristã, mencionado-se “outras religiões historicamente presentes no espaço Europeu”.²⁶ Dito de outro modo, tratava-se de considerar a matriz da identidade europeia como relevando da “identidade na diversidade”. Muitos intelectuais católicos, e entre eles António Guterres, defenderam a afirmação exclusivamente política dos valores e da identidade europeia.

A identidade europeia é política e não cultural e tudo na experiência portuguesa de integração o confirma. Como diz Guilherme d’Oliveira Martins, entre muitos outros, “a definição fundamental da União Europeia actual ... corresponde a uma comunidade de valores – ou como prefiro dizer uma comunidade plural de destinos e valores que assenta na variedade das culturas e na variedade das religiões”.²⁷

Ambos os debates se ligam afinal à construção pós-soberana da identidade nacional num país que viveu grande parte do século XX sob a influência tutelar da ideologia nacionalista, consubstanciada no anti-espanholismo e na fórmula triste-

mente célebre do “orgulhosamente sós”, símbolo de isolacionismo e de voluntário fechamento. O facto de que as identidades e as pertenças não são exclusivas e de que “as identidades nacionais coexistem e são completadas e enriquecidas pela abertura ao cosmopolitismo e ao universalismo”²⁸ é hoje predominante, o que não quer dizer que não ocorram de vez em quando recaídas dos velhos complexos passadistas.

A preferência portuguesa pela definição exclusivamente política da identidade europeia, assente na cidadania, teve que ver, num primeiro momento, não tanto com a razão fundadora da integração europeia – a associação livre e voluntária entre os Estados para garantir a paz –, mas com a forte ligação estabelecida entre democracia e integração. A partir de 1975, o alargamento comunitário fez-se sobretudo aos países que saíam, não da guerra, como os originários Seis, mas da ditadura: Portugal, Espanha e Grécia e, mais tarde, os do centro e leste europeu, confundindo-se de alguma forma integração e consolidação democrática, tão presente no caso de Portugal. O projecto democrático da União ganhou pois enorme prevalência, e os alargamentos foram vistos como instrumento privilegiado para garantir a democracia continental. Ao mesmo tempo, o efeito de deslegitimação do velho nacionalismo funcionou plenamente a par da integração, até então inexistente, na península Ibérica, varrendo de caminho o velho discurso nacionalista do Estado Novo sobre o inimigo ibérico. A Espanha tornou-se rapidamente, a partir de 1986, o principal parceiro económico, e a rede de infra-estruturas integrou fisicamente Portugal na península Ibérica. Não desapareceram por completo as resistências à integração peninsular, como constataram José Manuel Barroso e depois José Sócrates, manifesta na oposição de alguns sectores económicos portugueses à rede de comboios de alta velocidade ligando as redes portuguesa e espanhola, ecoando sonhos antigos de fazer Portugal chegar ao centro da Europa saltando por sobre o vizinho ibérico.²⁹ Se gozam ainda de certa influência, ampliada pela mediatização, estas posições são claramente minoritárias, tanto na opinião pública como nos meios políticos.

²⁶ António Vitorino, Diário de Notícias, 21 de Abril de 2006.

²⁷ Guilherme d’Oliveira Martins, As fronteiras da Europa, <http://www.umoderna.pt/tejo/turquia/fe.htm>

²⁸ Ver: Guilherme d’Oliveira Martins, Portugal. Identidade e Diferença. (Lisboa: Gradiva, 2007.)

²⁹ Ver Álvaro de Vasconcelos, “O Comboio da Europa”. (Público, Novembro de 2003.)

Democracia, associação entre Estados assente na igualdade, deslegitimação do nacionalismo, são componentes essenciais da integração aberta, que o tratado constitucional consagrou, e bem, sob o lema «unidade na diversidade». Este é um aquis essencial da Convenção que é indispensável preservar, num momento em que o pragmatismo aparece como a doutrina mais capaz de tirar a Europa da crise. Um dos aspectos mais importantes relaciona-se com a imigração. Portugal, país de emigrantes por tradição e necessidade, é hoje igualmente país de acolhimento. Africanos, brasileiros, ucranianos, entre outros, formam hoje uma parte importante da população residente em Portugal. Em menos de uma década, o número de estrangeiros saltou de umas quantas dezenas de milhar para números próximos do meio milhão, o que representa perto de 5% dos 10 milhões de residentes. Ora um dos maiores desafios aos valores da União vem do crescimento da extrema-direita europeia e das suas políticas xenófobas e anti-imigrantes, a par de uma política europeia que se comunitariza mais pelo prisma da segurança que pelo da integração e do exercício da cidadania. Unidade na diversidade significa, antes do mais, a capacidade de integrar os imigrantes e fazer deles verdadeiros actores das relações com os países de onde quiseram ou tiveram que partir. Tardou Portugal em utilizar as comunidades de migrantes e luso-descendentes como alvo e veículo da sua política externa e do seu próprio desenvolvimento. Há neste aspecto uma mudança recente. Mudança simétrica se expressa, no programa da presidência, ao sugerir que a União integre as comunidades que a demandam como elemento do seu relacionamento externo, reconhecendo o “contributo que as diásporas podem dar ao desenvolvimento dos países de origem, com o apoio e o empenhamento dos países europeus e das instituições internacionais relevantes.” Assim se compreende também o apoio da presidência à ideia da adopção de uma carta euro-mediterrânica dos direitos dos imigrantes. Trata-se ainda, afinal, de um outro aspecto do interno como externo.

Sublinhe-se, em breve conclusão, o que, sem imodéstia, se pode colocar na coluna dos trunfos de Portugal durante aquela que, com forte probabilidade, será uma das derradeiras presidências nacionais da União Europeia -- ironicamente, por virtude do sucesso que em Lisboa foi conseguido na aprovação do Tratado Reformador, o que colocará com acuidade a questão de saber como integrar os contributos criativos dos Estados na condução da política externa da União, aproveitando o melhor de cada um:

Primeiro, a consciência de que a multipolaridade já reinante não pode gerar, por parte da União, um bilateralismo simplista. É óbvio que não pode nem pretende Portugal opor-se a essa corrente que de momento predomina. Mas pode acrescentar-lhe, como tem procurado fazer, um forte ingrediente de caminho para o multilateralismo, se não eficaz, pelo menos possível.

Segundo, a forte associação entre democracia e integração, que tem um correlato evidente na preferência pela identidade não cultural, mas centrada na cidadania. Não é este um trunfo de somenos perante as avançadas do pragmatismo e da renovada crença no instrumento económico como solução dos males da humanidade, e ainda menos perante a persistência da “securitização” das políticas nacionais por esse mundo fora a que a União não tem podido ou sabido fazer frente.³⁰

O pensamento europeu em Portugal é fruto, certamente, do debate mais ou menos intenso que essencialmente se restringe aos círculos intelectuais e políticos e se reflecte com maior ou menor assiduidade na opinião pública, de forma aliás desigual, com relevo para temas como a integração ou não da Turquia e as relações com África. Mas é sobretudo, como espero ter sabido demonstrar, fruto da própria experiência dos anos de pertença e participação cada vez mais activa no projecto europeu. Em meu entender, isso dá-lhe um forte “valor acrescentado” que merece e justifica que nele se atente.

No debate sobre a ordem mundial e a política externa europeia, e o modo como nela melhor se integram os interesses e os trunfos de cada país da União, convém meditar nestas palavras de Miguel Torga: “O Universal é o local sem paredes.”

³⁰ Ver a este propósito, M. R. de Moraes Vaz, “El Triunfo de la Normalidad”, Anuario Cidob 2005. (Barcelona: Cidob, 2006.)

ANEXOS

Compilação de Mónica Santos Silva, IEEI, Lisboa

CRONOLOGIA BREVE

Portugal e a União Europeia

- 1962 18 de Maio:** Apresentação do pedido de associação de Portugal à cee
- 1972 22 de Julho :** Assinatura de um acordo de livre comércio entre Portugal e a cee
- 1973 1 de Janeiro :** Entrada em vigor dos Acordos Comerciais assinados entre Portugal e a cee
- 1977 28 de Março :** Apresentação do pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias
- 1978 17 de Outubro :** Abertura formal das negociações de adesão de Portugal
- 1979 13 de Março :** Entrada em vigor do sme

- 1985 12 de Junho** : Assinatura, em Lisboa, do acto de adesão de Portugal às Comunidades Europeias
- 1986 1 de Janeiro** : Adesão oficial de Portugal às Comunidades Europeias
- 1988 14 de Novembro** : Adesão de Portugal à ueo
- 1990 1 de Julho** : Entrada em vigor da 1ª fase da uem
- 1991 25 de Junho** : Portugal adere ao Acordo de Schengen
- 1992 1 de Janeiro** : Presidência portuguesa (1º semestre)
7 de Fevereiro : Assinatura do Tratado da União Europeia
6 de Abril : O escudo entra no Mecanismo de Taxas de Câmbio do sme
- 1993 1 de Novembro**: Entrada em vigor do Tratado da União Europeia
- 1994 1 de Janeiro** : Início da 2ª fase da uem
- 1997 2 de Outubro** : Assinatura do Tratado de Amsterdão
- 1999 1 de Janeiro** : Início da 3ª Fase da UEM, com a participação de Portugal
1 de Maio : Entrada em vigor do Tratado de Amsterdão
- 2000 1 de Janeiro** : Presidência portuguesa (1º semestre)
22 e 23 de Março : Conselho Europeu de Lisboa. É lançada a Estratégia de Lisboa com o objectivo de tornar a União Europeia na economia mais competitiva do mundo e alcançar o objectivo de pleno emprego até 2010
7 a 9 de Dezembro : A Conferência Intergovernamental encerra com um acordo político relativo ao Tratado de Nice
- 2001 26 de Fevereiro** : É assinado o Tratado de Nice
14 e 15 de Dezembro : O Conselho Europeu reúne-se em Laeken e adopta a declaração sobre o Futuro da Europa.
- 2002 1 de Janeiro** : Entrada em circulação das moedas e notas em Euro
28 de Fevereiro : Sessão inaugural da Convenção sobre o Futuro da Europa
13 de Dezembro : O Conselho Europeu de Copenhaga decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia) poderão aderir à UE em 1 de Maio de 2004. A adesão da Bulgária e da Roménia é prevista para 2007
- 2003 1 de Fevereiro** : Entrada em vigor do Tratado de Nice
20 de Junho : Conselho Europeu de Salónica. Apresentação do Projecto de Tratado Constitucional
- 2004 10 a 13 de Junho** : Eleições para o Parlamento Europeu
20 de Junho : Conselho Europeu de Bruxelas aprova o texto da Constituição Europeia
27 de Junho : José Manuel Barroso é formalmente convidado por Bertie Ahern, primeiro ministro da Irlanda e presidente em exercício da União Europeia, para assumir a presidência da Comissão Europeia a 1 de Novembro
29 de Outubro : Assinatura em Roma do projecto de Tratado Constitucional pelos Chefes de Estado ou de Governo dos 25 Estados-membros
1 de Novembro : José Manuel Barroso torna-se no 11º presidente da Comissão Europeia
- 2005 22 de Junho** : VII Revisão Constitucional; o novo artigo 295º permite a realização do referendo sobre o tratado europeu em Portugal
3 de Outubro : Abertura das negociações de adesão da Croácia e da Turquia à União Europeia

2007 1 de Janeiro : Adesão da Roménia e da Bulgária, elevando o número de Estados-membros para 27

24 e 25 de Março : É assinada a declaração de Berlim, por ocasião da comemoração dos 50 anos dos Tratados de Roma

21 e 22 de Junho : O Conselho Europeu de Bruxelas define o mandato da CIG

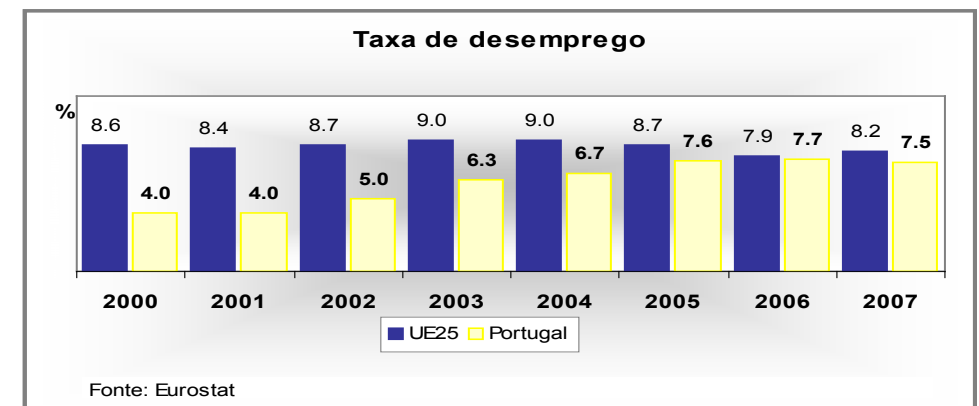
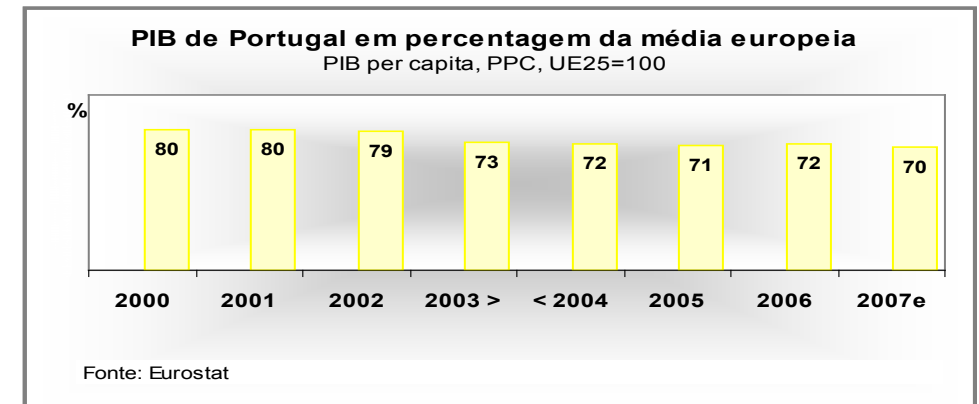
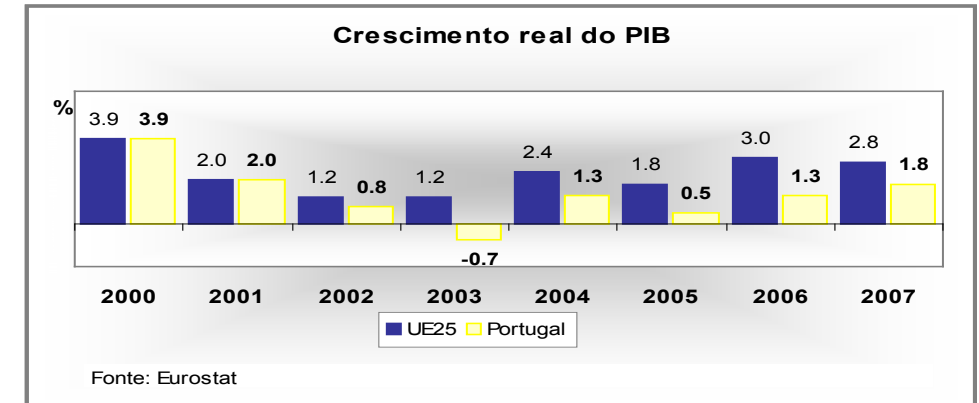
1 de Julho : Presidência portuguesa (2º semestre)

23 de Julho : A presidência portuguesa da União Europeia inaugura, em Bruxelas, a CIG que vai redigir até Outubro um novo Tratado europeu.

18 e 19 de Outubro : Cimeira informal de líderes da UE, em Lisboa, para a apresentação do texto do Tratado Reformador

2009 Junho : Eleições para o Parlamento Europeu

APROXIMAÇÃO DA EUROPA

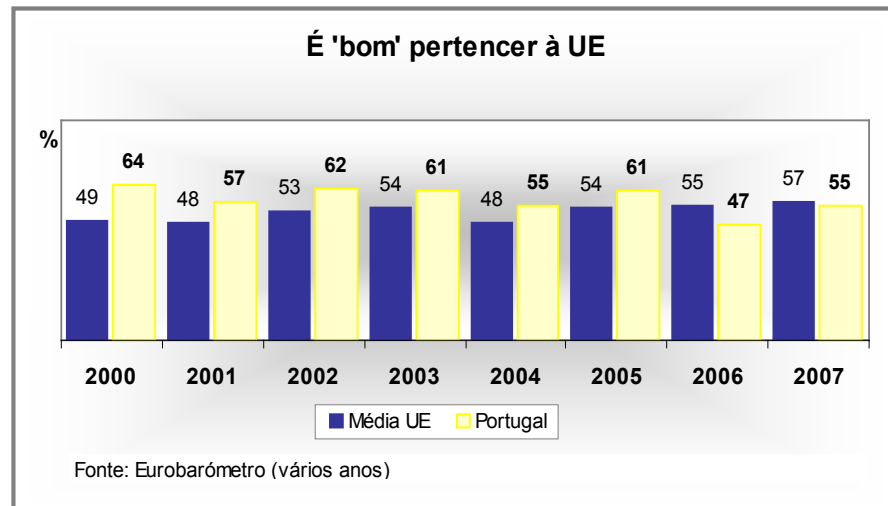


ABRANDAMENTO DA EUROFILIA?

Apoio afectivo: Será bom ser membro da União Europeia?

	Bom		Mau		Nem bom nem mau		NS/NR	
	Portugal	Média UE	Portugal	Média UE	Portugal	Média UE	Portugal	Média UE
2000	64	49	5	14	22	28	10	9
2001	57	48	8	13	27	29	9	10
2002	62	53	7	11	24	28	7	8
2003	61	54	9	11	24	27	6	7
2004	55	48	13	17	24	29	7	6
2005	61	54	12	15	21	27	7	4
2006	47	55	14	13	32	28	7	4
2007	55	57	15	15	27	25	3	3

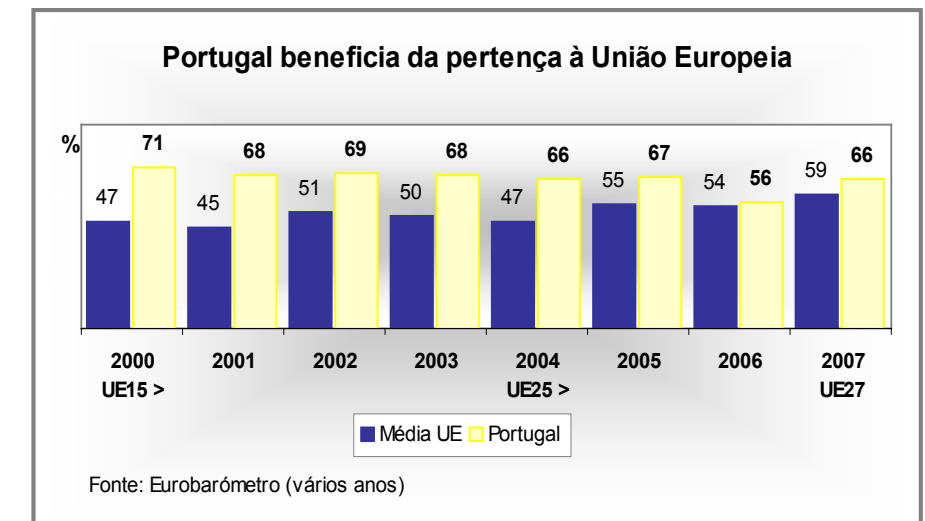
Fonte: Eurobarómetro (vários anos)



Benefícios da pertença à UE

	Beneficia		Não beneficia		Não Sabe	
	Portugal	Média UE	Portugal	Média UE	Portugal	Média UE
2000	71	47	11	32	18	21
2001	68	45	16	30	17	25
2002	69	51	16	26	15	23
2003	68	50	20	29	12	21
2004	66	47	22	35	12	18
2005	67	55	24	33	9	12
2006	56	54	29	33	15	12
2007	66	59	24	30	10	11

Fonte: Eurobarómetro (vários anos)



Previously Published Studies

Transnational Production Networks in the Automobile Industry - Heribert Dieter (June 2007).

Power to the People: Promoting Investment in Community-Owned and Micro-Scale Distributed Electricity Generation at the EU Level - Stephen Boucher, Columbia University Workshop (May 2007).

Funding the EU Budget with a Genuine Own Resource: The Case for a European Tax - Jacques Le Cacheux (May 2007).

Wine and Europe: the Metamorphoses of a Land of Choice – Aziliz Gouez and Boris Petric (March 2007)

Germany and Europe: New Deal or Déjà vu? – Ulrike Guérot (December 2006)

Regional Economic Integration in South America - Alvaro Artigas (November 2006)

The Impact of Television Media on the French Referendum Campaign in 2005 - Jacques Gerstlé (November 2006)

Plan B: How to Rescue the European Constitution? - Andrew Duff (October 2006).

A transition Presidency? An Inside View of Finland's - Second Presidency of the EU - Teija Tiilikainen (July 2006).

The Vision of Europe in the New Member States – Notre Europe asked different Personalities of the New Member States to give their Vision of Europe in 2020 - Gaëtane Ricard-Nihoul, Paul Damm and Morgan Larhant (July 2006).

Sense and Flexibility – Striking a Balance between Sovereignty and Harmonisation in the Implementation of the EU ETS - Stephen Boucher, University of Columbia

Workshop on EU ETS (May 2006).

The Question of European Identity - Aziliz Gouez, Marjorie Jouen and Nadège Chambon (January 2006).

Report on East Asian Integration: Opportunities and Obstacles for Enhanced Economic Cooperation - Co-ordinated by Heribert Dieter, With Contributions from Jean-Christophe Defraigne, Heribert Dieter, Richard Higgott and Pascal Lamy (January 2006).

An Honest Broker in Difficult Times: Austria's Presidency of the EU - Sonja Puntischer-Riekmann, Isabella Eiselt and Monika Mokre (December 2005).

The European Constitution and Deliberation: the Example of Deliberative Focus Groups ahead of the French Referendum of 29 May 2005 - Henri Monceau (November 2005).

The French "no" vote on May 29, 2005: Understand, Act - Gaëtane Ricard-Nihoul (October 2005)

Defining a new European Social Contract - Marjorie Jouen and Catherine Palpant (September 2005).

The best laid plans: Britain's Presidency of the Council of European Union - Anand Menon and Paul Riseborough (June 2005).

European Budget: the Poisonous Budget Rebate Debate - Jacques Le Cacheux (June 2005).

Analysis of European Elections (June 2004) - Céline Belot and Bruno Cautrès (June 2005).

Why they wanted Europe: A Call of 12 french Pionners of European integration - Jean-Louis Arnaud (May 2005).

Ratification and Revision of the Constitutional Treaty - Henri Oberdorff (May 2005).

Luxembourg at the Helm: Experience, Determination and Self Denial - Mario Hirsch (December 2004).

A Driving Force Despite Everything: Franco-German Relations and the Enlarged European Union - Martin Koopmann (November 2004).

Europe and its Think Tanks: a Promise to be Fulfilled - Stephen Boucher, Benjamin Hobbs, Juliette Ebelé, Charlotte Laigle, Michele Poletto, Diego Cattaneo and Radoslaw Wegrzyn (October 2004).

A View from Outside: the Franco-German Couple as seen by their Partners - Matt Browne, Carlos Closa, Soren Dosenrode, Franciszek Draus, Philippe de Schoutheete and Jeremy Shapiro (April 2004).

Leading from Behind: Britain and the European Constitutional Treaty - Anand Menon (January 2004).

US Attitudes towards Europe: a Shift of Paradigms? - Timo Behr (November 2003).

Giving Euro-Mediterranean Cooperation a breath of fresh air - Bénédicte Suzan (October 2003).

Italy and Europe 2003 Presidency - Roberto Di Quirico (July 2003).

European Attitudes towards Transatlantic relations 2000-2003: an Analytical Survey - Anand Menon and Jonathan Lipkin (June 2003).

Large and Small Member States in the European Union: Reinventing the Balance - Paul Magnette and Kalypso Nicolaïdis (May 2003).

Enlargement and Investment in Central and Eastern Europe - Bérénice Picciotto (May 2003)

The Institutional Architecture of the European Union: a third Franco-German way? - Renaud Dehousse, Andreas Maurer, Jean Nestor, Jean-Louis Quermonne and Joachim Schild (April 2003).

A New Mechanism of Enhanced Co-operation for the Enlarged Union - Eric Philippart (March 2003).

Greece, the European Union and 2003 Presidency - George Pagoulatos (December 2002).

The Question of the European Government - Jean-Louis Quermonne (November 2002).

The European Council - Philippe de Schoutheete and Helen Wallace (September 2002).

Multilevel Government in three Eastern and Central European Candidates Countries: Hungary, Poland and Czech Republic (1990-2001) - Michal Illner (June 2002).

The Domestic Basis of Spanish European Policy and the 2002 Presidency - Carlos Closa (December 2001)

The Convention of a Charter of Fundamental Rights: a Method for the Future? - Florence Deloche Gaudéz (December 2001).

The Federal Approach to the European Union or the Quest for an Unprecedented European Federalism - Dusan Sidjanski (July 2001).

The Belgian Presidency 2001 - Lieven de Winter and Huri Türsan (June 2001).

The European Debate in Sweden - Olof Petersson (December 2000).

An enlargement Unlike the others ... Study of the Specific Features of the Candidate Countries of Central and Eastern Europe - Franciszek Draus (November 2000).

The French and Europe: the State of the European Debate at the Beginning of the French presidency - Jean Louis Arnaud (July 2000).

Portugal 2000: the European way - Alvaro de Vasconcelos (January 2000).

The Finnish Debate on the European Union - Esa Stenberg (August 1999).

The American Federal Reserve System: Functioning and Accountability - Axel Krause (April 1999).

Making EMU work - partnership Notre Europe and Centro European Ricerche (March 1999).

The Intellectual Debate in Britain on the European Union - Stephen George (October 1998).
Britain and the new European agenda - Centre for European Reform, Lionel Barber (April 1998).
Social Europe, History and Current State of Play - Jean-Louis Arnaud (July 1997).
Reinforced Cooperation: Placebo rather than Panacea - Françoise de la Serre and Helen Wallace (September 1997).
The Growth Deficit and Unemployment: the Cost of Non-Cooperation - Pierre-Alain Muet (April 1997).

Legal Mentions



All the publications are available in our Website: <http://www.notre-europe.eu>

With the support of the European Commission : support to active entities at European level in the field of active European citizenship.

Neither the European Commission nor Notre Europe is to be held responsible for the manner in which the information in this text may be used. This may be reproduced if the source is cited.